

CAPÍTULO 3

A EDUCAÇÃO NA NOVA MODALIDADE DE ENSINO: RAMIFICAÇÕES GLOBALIZADAS

*EDUCATION IN THE NEW EDUCATION MODE:
GLOBALIZED RAMIFICATION*

Ivani Schuster

Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul
PPGDR
Unijuí - RS
<https://orcid.org/0000-0003-1449-4999>
ivani.schuster@ufrgs.br

Elaine Conte

Universidade Lasalle
PPGEDU
Canoas - RS
<http://orcid.org/0000-0002-0204-0757>
elaine.conte@unilasalle.edu.br

Nelson José Thesing

Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul
PPGDR
Unijuí - RS
nelson.thesing@unijui.edu.br

RESUMO

Do ponto de vista da administração, como a educação deve ser re-desenhada para atender às necessidades das pessoas que querem aprender na nova modalidade? Dado o forte condicionamento da educação que resultou da mudança dos novos métodos de ensino de administração centralizada para descentralizada por um único setor que determinou a legislação, é fundamental reconsiderar como este paradigma pode ser utilizado. A questão mais significativa com as

peças jurídicas é que sua estrutura formal as inibe de implementar mudanças e fazer uma realocação igualitária das atividades, o que é possível através da divisão e da mudança das bases de ensino. Todas as responsabilidades se tornam a provisão de administração indireta ou privada. A noção de poder absoluto não é mais confiável. O Estado restaura (às escolas) as táticas, mas mantém as estratégias, de acordo com alguns teóricos. As escolas, por outro lado, agora devem ser administradas como empresas comerciais. A ideia é passar de uma abordagem de cima para baixo, focada no cumprimento de regras e regulamentos, para uma abordagem de baixo para cima, enfatizando os resultados (Barroso 1997. p. 11). Como resultado, a administração das escolas mudou do início para o fim: do processo de ensino.

Palavras-Chave: Educação; Modalidade; Ensino;

RESUME

From the administration's point of view, how should education be re-designed to meet the needs of people who want to learn in the new modality? Given the strong conditioning of education that resulted from the change of new teaching methods from centralized to decentralized administration by a single sector that determined the legislation, it is essential to reconsider how this paradigm can be used. The most significant issue with legal entities is that their formal structure inhibits them from implementing changes and making an egalitarian reallocation of activities, which is possible through the division and change of teaching bases. All responsibilities become indirect or private administration provision. The notion of absolute power is no longer reliable. The state restores (to schools) tactics but maintains strategies, according to some theorists. Schools, on the other hand, must now be run like commercial enterprises. The idea is to move from a top-down approach, focused on complying with rules and regulations, to a bottom-up approach, emphasizing results (Barroso 1997. p. 11). As a result, the administration of schools changed from the beginning to the end: from the teaching process.

Keywords: Education; Modality; Teaching;

INTRODUÇÃO

A análise do ambiente escolar é vista como uma forma de desburocratizar a educação, capacitando mais os professores da escola. Isto significa que o governo começará a cooperar com os líderes locais, que terão o poder de decidir por si mesmos sobre questões específicas em seu território. É a transferência de poder e recursos para as pessoas que vivem e trabalham em um determinado país ou localidade. Isto permite um maior controle sobre seus serviços e políticas públicas. A nova modalidade de estrutura educacional é uma forma de transferir a autoridade decisória para o autogoverno e permitir que este aja de forma independente. Ela permite um governo mais ágil e eficiente, já que as decisões são tomadas a nível local por aqueles que são os mais próximos do problema. Também fortalece as pessoas e as comunidades, dando-lhes maior poder de decisão na forma como suas vidas são governadas.

Apesar destas vantagens, do novo modelo de ensino não está isenta de desafios. Um dos principais desafios é garantir que as autoridades locais são os mais próximos do problema. Isso também leva a um governo mais responsável, uma vez que os líderes locais são responsáveis perante seus eleitores. Finalmente, permite uma governança mais participativa, uma vez que os cidadãos têm uma maior participação na forma como seu governo é administrado, têm a capacidade de administrar efetivamente a responsabilidade adicional.

Entretanto, a nova modalidade de Ensino, também tem seus desafios. Um dos principais desafios é que ela pode levar a exclusão de grupos marginalizados, tais como mulheres ou minorias étnicas. Outro desafio é garantir que isso não leve à centralização do poder nas mãos de algumas autoridades locais. Em geral, a descentralização tem muitas vantagens e pode ser uma ferramenta útil para melhorar a eficiência e a capacidade de resposta do governo. Entretanto, há também alguns desafios que precisam ser considerados ao implementar a descentralização. Com um planejamento e execução adequados, estes desafios podem ser superados. Ela também permite uma governança participativa, uma vez que os cidadãos têm uma maior participação na forma como seu governo é administrado e a descentralização pode levar a um governo mais ágil e eficien-

te, uma vez que as decisões são tomadas mais próximo das pessoas que afetam. Entretanto, a descentralização também tem seus desafios. Um dos principais desafios é garantir que as autoridades locais sejam as mais próximas do problema. Ela também leva a um governo mais responsável, já que os líderes locais são responsáveis perante seus eleitores. podendo ser difícil garantir que a descaracterização da educação não conduza à centralidade mais perto do problema. Embora haja alguns desafios que precisam ser considerados ao implementar e descentralizar, como garantir que ela não leve à exclusão de grupos marginalizados, estes desafios podem ser superados com planejamento e execução adequados. Portanto, a descentralização deve ser considerada como uma forma de melhorar a eficiência e a capacidade de respostas mais eficientes.

DESENVOLVIMENTO

Ao considerar como Stephen descreve o funcionamento da escola pública, descobrimos uma estrutura educacional com baixo nível de qualificação profissional dos quando comparada ao setor empresarial. O autor defende uma reforma e uma nova política educacional baseada em princípios neoliberais. O tema principal parece ser o processo de privatização da educação pública. Examinando como Stephen ilustra o funcionamento de uma escola:

No que diz respeito à administração escolar, muitos acadêmicos enfatizam a necessidade de ser tanto uma solução quanto um capacitador dos problemas da sociedade.

Tanto o professor quanto a escola foram definidos em termos de suas funções, que são separadas do desempenho acadêmico. Isto pode resultar em uma perda de capacidade de tomada de decisão, tornando mais fácil para os atores mais poderosos, especialmente o Estado, estabelecer outra ordem, impondo regras e papéis que reflitam melhor suas visões organizacionais ou definição institucional de educação e, ao mesmo tempo, tentando quebrar a resistência da instituição. O foco das influências externas são o elo mais forte, pois a análise das alternativas mostra que este é o caso. A hierarquia cria uma disputa entre os fatores externos, sendo escolhido o elo mais poderoso. O fator mais adequado seria um objetivo de for-

ça de ruptura que se desvia como um obstáculo à manipulação, semelhante a um escudo. E para atender às exigências dos novos métodos educacionais, as escolas públicas devem organizar e executar projetos educacionais de acordo com as normas gerais de conduta estabelecidas pela administração educacional central (serviços educacionais, postos de instrução etc.) e devem ter maior controle sobre os recursos e uma maior oferta de recursos financeiros. A autonomia não pode existir sem estes dois elementos essenciais na organização da escola. A obrigação de responsabilidade (SPOSITO) do projeto educativo de responsabilidades exige que os responsáveis identifiquem recursos humanos e financeiros (1990, p. 55). Funções como seguir procedimentos padrão, cumprir prazos, treinar especialistas e prestar contas estão todas incluídas no domínio da governança do poder descentralizado, como qualquer outra parte do sistema. Com esses comportamentos, fica claro que um vínculo profissional-estudante se forma. O interesse próprio torna-se um mecanismo crítico para que cada pessoa atinja a autossuficiência e o autocontrole, como demonstrou Stephen na escola pública. Descobrimos que uma única empresa tem um baixo grau de especialização de pessoal em comparação com o setor privado, então decidimos analisar o que era provável na jornada diária dos alunos e professores. O autor apresenta uma reforma e uma nova política educacional inspirada em ideias neoliberais nas quais o Estado tem um papel ativo na trajetória educacional. É evidente que o tema principal do debate é o processo de privatização da educação pública, como evidenciado pelas observações de Francisco (2006).

Sabe-se que escolas são organizações onde predomina uma interação entre as pessoas para a promoção da formação humana. A instituição escolar caracteriza-se por ser um sistema de relações humanas e sociais com fortes características interativas que a diferenciam das empresas do setor privado. A reunião de pessoas dentro da Unidade Escolar interage entre si, intencionalmente, operando por meio de estruturas e de processos organizativos próprios, para alcançar objetivos educacionais.

A Escola é a responsável pelo desenvolvimento dos indivíduos na sala de aula. E isso não é possível quando o sistema incentiva todos os alunos da mesma maneira. Cada vida tem diferentes fra-

quezas e forças. Conhecimento e experiência muito longe com qualquer outro indivíduo ao vivo, viver ou viver.

Segundo Menezes (1999, p.122):

A administração escolar envolverá apenas os aspectos da educação e a da instrução que se enquadrem e se desenvolvam dentro do processo de escolarização (...) ela não poderá ser chamada indiferentemente exemplo de “administração educacional”, pois isso seria outra coisa pelo menos mais extensa e mais complexa.

Sendo possível que uma única abordagem padronizada tenha o mesmo efeito sobre os estudantes de diferentes talentos? A maioria das pessoas considera o trabalho escolar como um dever. Um método simples de adquirir uma educação para que eles possam conseguir um emprego no futuro. Seus objetivos foram frustrados desde o início. Seus interesses foram destruídos porque cada pessoa está isolada dentro de uma massa enorme.

As escolas são organizações sociais que tem por finalidade promover o processo de escolarização aos integrantes da sociedade tem por objetivo proporcionar educação de caráter intencional e sistemático, a educação é intencional porque tem a função de transmitir e analisar a herança cultural da humanidade, acumulada ao longo de sua existência e oferecer condições para que as novas gerações reconstruam e modifiquem os conhecimentos adquiridos para tornar sua existência mais plena. Para realizar suas finalidades e objetivos, a educação se sistematiza e se organiza através de critérios, regulamentos, finalidades e princípios norteadores, razão pela qual é chamada de educação escolar, no contexto de um sistema.

O ambiente escolar é visto como uma estratégia para distribuir educação, dando autoridade sobre ela ao pessoal escolar. Isto implica que o governo começará a trabalhar com os líderes locais, que terão a capacidade de tomar decisões sobre certos assuntos em sua região. É a transferência de poder e recursos para aqueles que residem e operam em uma determinada área. Isso implica que as pessoas que residem e trabalham em uma determinada comunidade podem ter mais controle sobre os serviços e as políticas públicas ali prestados. A educação é considerada como o método pelo qual os indivíduos participam diretamente na elaboração e gestão de políticas.

Trata-se de reunir os níveis administrativos em uma base econômica, política, social ou cultural. É um método de distribuição de recursos e poderes atualmente centralizados no governo federal em todo o país.

O termo empoderamento é usado para descrever a transferência de poder e recursos de um grupo de elite de tomadores de decisão para os estados membros de uma federação.

Em outras palavras, a cláusula de saída é um mecanismo pelo qual o governo autônomo pode adquirir autoridade decisória e ser autorizado a operar de forma independente. É um método de nomeação externa do governo federal, no qual recursos e poderes agora detidos centralmente são transferidos para os estados membros da federação. O conceito de poder está enraizado na noção de que as pessoas e organizações querem alcançar algo. Este desejo, eu argumentaria, não deveria ser satisfeito apenas por meio de medidas legais ou legislativas. É possível expandir a consciência de uma pessoa sobre seu próprio potencial, reunindo vários indivíduos e grupos com diferentes talentos e interesses que podem contribuir de forma criativa através do nosso sistema educacional que é severamente dificultado pelo fato de não ensinarmos aos estudantes como pesquisar e resolver problemas. A era da informática nos permitiu construir um ambiente rico em informações na escola e, no entanto, muitos professores desconhecem o que seus filhos encontram on-line todos os dias. Este resultado é um centro de comunicação entre a educação e o governo. Cada indivíduo se torna único, com seus defeitos e suas qualidades. Com a reforma do sistema pedagógico atual para uma atualização interna rumo a nova modalidade de fatores relevantes na educação, é possível desenvolver ainda mais os indivíduos que frequentam as aulas. E seus defeitos se tornam algo tão ínfimo que acabam sendo focados em áreas mais construtivas, se tornando outro fator de desenvolvimento pessoal.

A causa do baixo engajamento com a nova modalidade ramificada na globalização educacional pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo o fato de os estudantes se sentirem desmotivados ou não terem um propósito claro. Outro fator é a falta de autonomia dos estudos que se sentem como se estivessem sendo controlados por outras pessoas. Além disso, os estudantes não podem se identificar com as escolas em que estudam. A desconstrução da educação

é um processo complexo que requer muita reflexão e diálogo. É importante que os estudantes sejam envolvidos nesse processo, pois eles são os principais beneficiários. A participação ativa dos estudantes é fundamental para o sucesso da descentralização. O fator que pode afetar o desempenho de um estudante é seu nível de engajamento. De acordo com um estudo da Gallup, os estudantes que estão engajados em sua educação têm maior probabilidade de atingir níveis mais altos. O estudo concluiu que apenas 32% dos estudantes americanos estão engajados em sua educação, o que é preocupante, pois estes estudantes têm mais probabilidade de sucesso em vários aspectos da vida.

O que convém aqui destacar é que o principal instrumento utilizado nestas reformas foram as políticas de descentralizadas em uma nova modalidade (Lunk, 1997, p. 82).

A razão dessas reformas estarem ocorrendo é pela compreensão de que a educação vem recebendo na atualidade. Nacionalmente é defendido que é a educação que impulsiona a nação brasileira a seguir em frente se desenvolvendo. Em virtude da gestão educacional é que podemos sentir a expressão das vontades provinda dos sistemas de ensino federal (União), estadual e municipal e a fluidez que é definida pela oferta de educação escolar.

Luck (2006, p.35) define a gestão educacional como:

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos educacionais.

Em todos os momentos da história, foi possível descobrir atores desvinculados da moral e dos conceitos éticos que representam no exercício do poder público. Seus ideais foram substituídos pela ganância pelo poder, quebrando as regras que juraram seguir. Onde a concentração de poder criou muitos problemas. O conflito entre o sistema e a nova modalidade de ensino globalizada e querem mostrar a eficácia recebendo a autenticação de seus empreendedores. Isso acaba criando uma grande receita de ideias que não podem lidar com as inúmeras funções acumuladas por seus membros. É o processo de gestão dinâmica de todo o sistema educacional coordenando

do escolas em diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementar. políticas educacionais e projetos educacionais das escolas, participam dos princípios da democracia e com métodos de organização e facilitação do ambiente de educação autônoma (soluções separadas, fazem parte de suas habilidades) sobre participação e compartilhamento (resultados de decisão e eficácia), autocontrole (monitoramento e avaliação com declaração de informações) e transparência (processos e resultados de demonstração pública). (Lück, 2006, P.35).

De acordo com Lück (2006, p.16), a definição do chefe da escola é a seguinte:

[...] um gestor da dinâmica social, um mobilizador, um orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nova modalidade da estrutura educacional, o gestor escolar recebe o papel de agir como o líder do sistema em que está inserido. Suas atividades incluem identificar e conseguir desenvolver o potencial individual de toda a sua equipe e com isso conseguir motivar seus colaboradores a realizarem papéis mais ativos na educação dos alunos. E como consequência, os educandos se desenvolvem além do limite que alcançaram e a melhora na qualidade do ensino e, com isso, um novo mundo será criado. Quando acreditamos no potencial de cada indivíduo é que podemos mudar a sociedade em que vivemos. Desenvolver os alunos estão atualmente constantes na criação de adultos de amanhã.

Em um sistema público descentralizado, o público determina a melhor forma de implementar suas decisões. A decisão executiva estipula que a decisão a ser tomada cabe aos cidadãos ou ao seu governo local, incluindo todos os decretos de tomada de decisão anteriores decidimos implementar e marcou o fim do processo de implementação. As decisões podem ser tomadas com base nos decretos de decisão acima mencionados, mas não é obrigatório.

É o sucesso de alunos motivados que se torna um fator de marketing a favor da escola, que forneceu as ferramentas necessá-

rias para desenvolver seus talentos. Quanto mais bem-sucedidos os alunos forem em testes e competições, melhor serão percebidos pelo público. Com a descentralização da educação, será possível melhorar a qualidade da educação e, com isso, criar-se-á um mundo melhor. É acreditando no potencial de cada indivíduo que podemos mudar a sociedade em que vivemos. Treinar estudantes hoje é criar os adultos de amanhã. É o sucesso de alunos motivados que se torna uma ferramenta de marketing lucrativa para a escola, que fornece as ferramentas necessárias para desenvolver seus talentos. Quanto melhores os alunos forem nas provas e exames, melhor serão percebidos pelo público. Com a descentralização da educação, é possível melhorar a qualidade da educação e, com isso, um novo mundo será criado. É acreditando no potencial de cada indivíduo que podemos mudar a sociedade em que vivemos.

O crescimento dos alunos de hoje é implacável na criação dos adultos de amanhã. A reformulação da educação proporcionou uma possível melhoria na qualidade da educação e, com isso, um novo mundo será criado. É acreditando no potencial de cada indivíduo que podemos mudar a sociedade em que vivemos.

O fator que tem tido maior impacto na descentralização da educação é a descentralização. Esta mudança de política, deu mais controle sobre a aprendizagem e permitiu acessar recursos que antes não estavam disponíveis. Ao colocar o poder de decisão nas mãos das comunidades locais, os educadores são capazes de melhor atender às necessidades específicas de seus estudantes.

A educação de alta qualidade é um direito de todos os estudantes. No entanto, isso só será possível se os governos e a sociedade civil trabalharem juntos para assegurar que todos os estudantes permitindo acessar recursos que antes não estavam disponíveis. Ao colocar o poder de decisão nas mãos das comunidades locais, os educadores são capazes de melhor atender às necessidades específicas de seus estudantes.

A qualidade da educação tem sido uma preocupação há muitos anos. Muitos fatores afetam a qualidade da educação, como a qualidade dos professores e dos recursos escolares. No entanto, um dos fatores mais importantes que afetam a qualidade da educação é a descentralização da educação.

A descentralização da educação significa que a autoridade sobre a educação é transferida para as autoridades locais. Isso significa que as escolas são de responsabilidade das autoridades locais, não do governo federal. Essa estrutura de governança permite que as autoridades locais exerçam maior controle sobre a educação e respondam melhor às necessidades de sua comunidade.

A descentralização da educação também traz vantagens para os alunos. Além disso, permite que os alunos recebam uma educação melhor e se mudem para qualquer parte do país. A qualidade da educação tem sido uma preocupação há muitos anos. Muitos fatores afetam a qualidade da educação, como a qualidade dos professores e dos recursos escolares.

A descentralização da educação significa autoridade sobre a educação. Estas são as principais vantagens da descentralização da educação.

A qualidade da educação tem sido uma preocupação há muitos anos. Muitos fatores afetam a qualidade da educação, como a qualidade dos professores e dos recursos escolares..

A descentralização da educação significa que a autoridade sobre a educação é transferida, como a qualidade dos professores e os recursos escolares. No entanto, um dos fatores mais importantes que afetam a qualidade da educação é a descentralização da educação. A descentralização da educação é um dos fatores mais importantes que afetam a qualidade da educação. Permite que as autoridades locais tenham maior controle sobre a educação e respondam melhor às necessidades dos estudantes.

REFERÊNCIAS

Ana Cristina Lopes. 2019. “A descentralização da educação: oportunidades e desafios para os reguladores das escolas públicas”, Pensar a Escola, Número Especial (II), pp 23-39 ISSN1852-3466

BARROSO, João. Autonomia e gestão das escolas. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.

ESTEVÃO, C. A. V. Uma abordagem neo-institucional da escola como organização: a propósito do novo modelo de direcção e gestão das escolas portuguesas. In: BARROSO, J. et ai. (Org.). A escola: um objeto de estudo. Lisboa: Afirse, 1995.

FRANCISCO, Iraci José. A atuação do Diretor de Escola Pública: Determinações Administrativas e Pedagógicas do Cotidiano Escolar. Dissertação de Mestrado. Pontífica Universidade Católica de São Paulo. 2006, disponível em: http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=34429. Acesso em: 10/07/2017.

LOPES, Antonio. Gestão escolar e parcerias em educação no município de Votuporanga. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista. UNESP. Faculdade de Ciências e Letras. 2006, disponível em: www.biblioteca.unesp.br/bibliotecadigital/document/?down=4089 Acesso em: 10/07/2017

LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Caderno de gestão.

MENEZES, J. G de C. Da Administração Escolar à Gestão Democrática, um Pouco de História da ANPAE. RBPAE, v. 15, nº2, jul-dez/1999.

Núcleo de Estudos sobre Participação e Governança - DECENTRALIZAÇÃO: A PERSPECTIVA DECISIONAL E MUNICIPAL Getting li-
vrrar-se de políticos e partidos políticos para tomar decisões em uma burocracia | A versão completa é publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA

SPOSITO, M. P. Educação, gestão democrática e participação popular. Educação e realidade, Porto Alegre, v.15, n.1, Jan./Jun., 1990.

TIRAMONTI, G. O cenário político e educacional dos anos 90: a nova fragmentação. Tradução de: Neide Luzia de Rezende. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 100, mar. 1997.